



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO-ES
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



Período: 13/03/2013 A 20/03/2013

**LOCAL - Fazenda Córrego dos Cavalos - Rod. BR 101 Norte - Km 74
São Mateus /ES**

ATIVIDADE: PLANTAÇÃO DE CÔCOS

Coordenadas Geográficas: 18°45'53" Sul e 39°51'55" Oeste

Op. 27/2013

ÍNDICE - RESUMO DA FISCALIZAÇÃO

FATOS E OCORRÊNCIAS	PÁGINA
DA EQUIPE.....	3
DA ABORDAGEM INICIAL.....	4
DA SÍNTESE DA FISCALIZAÇÃO.....	11
DO RESPONSÁVEL.....	11
DA FISCALIZAÇÃO.....	13
Da Relação de Emprego.....	19
Dos Vínculos Empregatícios.....	22
Da Caracterização do Trabalho Análogo a de Escravo.....	25
Das Condições Degradantes de Trabalho.....	26
Das Condições das Áreas de Vivência e Frentes de Trabalho.....	27
Conclusão sobre as Condições de Higiene, Asseio e Conservação das áreas de Vivência.....	30
Da Sonegação de Contribuição Previdenciária	31
Dos Autos de Infração.....	33
DA CONCESSÃO DE SEGURO DESEMPREGO.....	35
DA CONCLUSÃO.....	36
DOS ANEXOS	
I – Termos de Declaração.....	41
II – Planilha de Cálculo.....	43
III- Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho.....	45
IV – Guias de Seguro Desemprego.....	59
V – Notificação para Apresentação de Documentos.....	73
VI – Autos de Infração.....	76
VII – Relação de CTPS emitidas.....	130
VIII – Atos do Ministério Público do Trabalho.....	132

RESUMO DA FISCALIZAÇÃO

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

-
-
-



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - MPT

-



PODER JUDICIÁRIO TRABALHISTA

-



POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

-
-
-
-
-



91

ABORDAGEM INICIAL

4

Auditores Fiscais do Trabalho, vinculados à Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo procedendo a fiscalizações de rotina na região, se depararam com os trabalhadores executando a tarefa de corte de palmitos de coco na propriedade do Sr. [REDACTED] às margens da BR 101 Norte, município de São Mateus/ES.

De imediato, constatamos que os trabalhadores, ao serem entrevistados, declararam que foram contratados nos municípios de Caravelas e Teixeira de Freitas, ambas do Estado da Bahia, por [REDACTED] trazidos por ele para o Espírito Santo, sem quaisquer garantias mínimas de direito e dormiam sob barracas de plástico, bebendo água da própria irrigação do coco, banhando-se na mesma água ou quando não, em lagoa do vizinho de propriedade, pois a irrigação era ligada apenas duas vezes ao dia, alimentando-se nas próprias barracas ali montadas, sem as mínimas condições de higiene tanto no preparo quanto durante a ingestão, pois não havia local apropriado, com roupas lavadas e secando em varais improvisados por entre os próprios coqueiros, concluindo que aí se encontrava uma situação degradante de trabalho análoga a de escravo.

Levamos ao conhecimento de nossa chefia imediata que entrou em contato com as demais Autoridades citadas, tendo no mesmo dia do início da operação, à tarde aproximadamente às 13 (treze) horas, retornado ao local para coleta de provas fotográficas, depoimento de trabalhadores e vistoria nesse mesmo momento feita também pelo Juiz do Trabalho da Vara de São Mateus, Dr. [REDACTED] D. [REDACTED] que também conversou com os trabalhadores e estes afirmaram o desejo de continuar o trabalho até o final.

O Sr. [REDACTED] comprou segundo suas próprias declarações, do Sr. [REDACTED], os pés de coco para extrair os palmitos, pela quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), serviço este, que seria executado pelos trabalhadores resgatados, sem qualquer contrato.

Não sabiam os trabalhadores, segundo declarações dos mesmos, que ficariam alojados em barracas de lona plástica, sem qualquer conforto, dentro da própria fazenda, sem transporte e sem qualquer conhecimento da área onde se localizava a fazenda, impedidos de se locomover, pois nada traziam em dinheiro, que fosse capaz de garantir qualquer locomoção na área, considerando que a propriedade está localizada em área rural, não servida por transporte regular.

Também, segundo a declaração do Sr. [REDACTED], não havia promessa de assinatura de CTPS, pois o período dos serviços era pouco e os próprios trabalhadores não queriam suas carteiras assinadas, pois fazem isso todos os anos e nunca tiveram suas CTPS assinadas.

O contratante custeou as passagens de ônibus dos trabalhadores conforme declarações do mesmo e dos próprios obreiros, outros vieram em seu veículo, FIAT de cor branca Placa MSX 3178, outros no veículo de um dos trabalhadores (VW de cor verde placa HZG-2229 de Lagarto-SE), já com dívida de alimentação adquirida pelo contratante, adiantamentos de salários que foram deixados com suas famílias na [REDACTED]

origem, tudo para descontar no acerto futuro, ou seja, nem sequer havia dado início às atividades laborais e já estavam comprometidos com dívidas que nem sequer, segundo seus depoimentos, sabiam os valores exatos.

Na propriedade do Sr. [REDACTED] apesar de haver casas dentro da mesma, umas utilizadas por empregados fixos da fazenda, não foi nenhuma moradia destinada àquele grupo, também não foi alugada uma casa nas cercanias da propriedade para que fossem acomodados como de outras vezes que estiveram no ES, conforme declarações dos mesmos, preferindo adquirir lonas plásticas para montar o "alojamento" que ditos trabalhadores usariam a partir de então.



(DERRUBADA DE COQUEIROS COM USO DE MOTOSERRA - 1ª FASE)





(EXTRAÇÃO DO PALMITO DO COQUEIRO COM USO DE FACÃO - 2ª FASE)



(BARRA DE LONA PLÁSTICA PRETA - TRABALHADOR ALOJADO)





(BARRACA COM LONA PLÁSTICA AMARELA - ALOJAMENTO DE TRABALHADORES, COM COLCHONETES DIRETO SOBRE O CHÃO DE TERRA E/OU SOBRE PAPELÃO).



(BARRA DE LONA PLÁSTICA, REVESTIDA DE PARDES DE FOLHAS DE COQUEIRO, COM COLCHONETES SOBRE PAPELÃO E/OU PALHAS DE COCO DIRETO SOBRE O CHÃO, COM MOSQUITEIROS)





(LOCAL ONDE ERAM GUARDADAS AS PANELAS E DEMAIS UTENSÍLIOS DE COZINHA E EMBALAGEM DE FERTILIZANTES USADA PARA GUARDA DE ÁGUA USADA PARA COZER ALIMENTOS)



(ROUPAS PENDURADAS EM VARAIS PRÓXIMO DAS BARRACAS E GUARDA DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS)





(EMBALAGEM DE FERTILIZANTES UTILIZADA PARA GUARDA DE ÁGUA PARA COZIMENTO DE ALIMENTOS E LAVAGEM DE MÃOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS)



(LAGOA DE PROPRIEDADE VIZINHA DE ARNOBIO BONOMO, UTILIZADA PARA BANHO DOS TRABALHADORES, QUANDO NÃO ERA ABERTA A IRRIGAÇÃO DA PLANTAÇÃO DE COCOS)





(BARRACA DE LONA PRETA NO MEIO DA PLANTAÇÃO DE COCOS, UTILIZADA PARA ALOJAMENTO DE TRABALHADORES)



(FOGÃO DE CHÃO - ADAPTAÇÃO)

Em suma, estes são os fatos objeto da apuração.

DA SÍNTESE DA FISCALIZAÇÃO

- RESULTADO: CONCLUIMOS PELA EXISTÊNCIA DE TRABALHO ANÁLOGO A DE ESCRAVO NOS TERMOS DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO; CONDIÇÕES DE HIGIENE E DE SEGURANÇA INADEQUADAS, DEGRADAÇÃO DE ÁREAS DE VIVÊNCIA, SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, E NÃO OBSERVÂNCIA DE PRECEITOS LEGAIS ESTATUÍDOS NA CLT.
- EMPREGADOS ALCANÇADOS: 13
- REGISTRADOS DURANTE A AÇÃO FISCAL: NIHIL
- TRABALHADORES RESGATADOS: 13
- NÚMERO DE MULHERES: NIHIL
- NÚMERO DE MENORES: NIHIL
- NÚMERO DE CTPS EMITIDAS: 12
- NÚMERO DE RESCISÕES EFETUADAS: 13
- VALOR BRUTO DAS RESCISÕES: R\$ 66.357,38
- VALOR LÍQUIDO DAS RESCISÕES: R\$ 61.926,66
- NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO: 25
- TERMOS DE APREENSÃO E GUARDA: NIHIL
- TERMOS DE EMBARGO E INTERDIÇÃO: NIHIL
- NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS: 02
- NÚMERO DE CTPS EMITIDAS: 12
- ARMAS APREENDIDAS: NIHIL
- MOTOSERRAS APREENDIDAS: NIHIL
- PRISÕES EFETUADAS: NIHIL
- GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS: 13

DO RESPONSÁVEL

- NOME: [REDACTED]
- CPF: [REDACTED]
- FAZENDA: CORREGO DOS CAVALOS
- LOCALIZAÇÃO: BR 101 Norte - Km 74 - Córrego dos Cavalos - São Mateus/ES - CEP 29930-000

No curso da presente fiscalização restou patente que [REDACTED] é proprietário da FAZENDA Córrego dos Cavalos, local onde foi encontrado o labor degradante, localizada no município de São Mateus/ES e, também, que era o responsável direto pelas decisões gerenciais, comerciais e administrativas atinentes à propriedade rural acima elencada, inclusive, no que tange aos aspectos relacionados com a administração de pessoal.

O Sr. [REDACTED] é tão somente um intermediário no negócio empresarial, considerando que não tem porte econômico para contratar trabalhadores e arcar com as obrigações oriundas da relação empregatícia.

Sr. [REDACTED] supostamente vendeu os coqueiros em pé, sem ter produzido nenhuma prova documental que o desvinculasse da obrigação de assumir os trabalhadores encontrados na lida, dentro de [REDACTED]

sua propriedade e executando função essencial ao desenvolvimento econômico de seu negócio, que é plantio de cocos anão, se beneficiando do fruto e dos palmitos quando se fizer necessária a sua retirada, conforme declarou, considerando que a não retirada do mesmo pode causar danos aos novos pés de coco.

Não apenas à luz da documentação colhida pela fiscalização, e posteriormente apresentada pelo empresário, mas, sobretudo, pela linha de comando e subordinação hierárquica que se desvendou ante os depoimentos prestados pelos demais trabalhadores e por ele próprio, que esteve no local da prestação laboral, dando ordens aos resgatados de como deveria ser a extração dos coqueiros, até de que forma deveriam ser tombados ao chão, para não prejudicar os demais coqueiros novos em formação.

É certo que o próprio empregador [REDACTED] comanda seus negócios diretamente, pois comparece nas propriedades constantemente ou quando não, tem encarregados no local que orienta os trabalhadores quanto às tarefas a serem executadas.

Tanto é certo que, na própria ação fiscal desenvolvida no dia 13/03/2013, ele compareceu no local e viu a situação pessoalmente em que se encontravam aqueles trabalhadores, apesar de negar conhecimento quanto ao fato.

A auditoria no curso da ação fiscal, concluiu que a atividade de extração de palmito de coco, é uma das atividades de quem cultiva o coco e torna-se imprescindível a retirada dos pés antigos, com a extração do palmito, entre 15 e 20 anos de idade da planta, pois se não houver a retirada do palmito, este pelo seu odor, é capaz de atrair uma praga denominada **RHYNCHOPHORUS PALMARUM**, um besouro de cor escura, também conhecido como "broca-do-olho-do-coqueiro", que, segundo as próprias declarações do Sr. [REDACTED] frente ao Procurador do MPT, é capaz de destruir as demais plantas que estão em formação.

Segundo estudos da EMBRAPA, esse besouro também é conhecido como "**bicudo das palmáceas**" (palmeiras), cujas larvas se alimentam do tecido interno da coroa das palmeiras, causando a morte da planta, logo, justificada a atividade urgente em retirá-los da propriedade.

O atrativo dessa praga é o palmito dos coqueiros, portanto, a retirada dos mesmos da propriedade é atividade essencial e salutar para a continuidade e desenvolvimento da nova planta que já se encontrava quase produzindo, pois já tem cocos pequenos se formando.

Logo, entendemos que essa atividade é imprescindível e que deve ser executada por trabalhadores da fazenda, obedecidas todas as formalidades legais atinentes ao contrato de trabalho celetista, não se permitindo a terceirização como fez o Sr. [REDACTED] muito menos para um suposto intermediário que não possui idoneidade financeira para arcar com o custo obreiro.

No momento da fiscalização [REDACTED] mantinha na **FAZENDA CÓRREGO DOS CAVALOS**, em diversas frentes de trabalho, além dos resgatados, 22 (vinte e dois) trabalhadores, dentre estes, 2 (dois) estavam sem registro.

O empregador em questão não mantém naquela propriedade nenhum parceiro agrícola.

DA FISCALIZAÇÃO

Das Informações Preliminares

O empregador **PEDRO ELIAS DE MARTINS** foi fiscalizado por esta Auditoria em 13/03/2013, marco inicial desta operação, ocasião em que firmou o TAC - Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público do Trabalho, comprometendo-se em não continuar a atividade sem a providência de legalização dos trabalhadores, adequação do meio ambiente de acordo com Norma Regulamentadora nº. 31 (com as alterações da Portaria nº. 86/2005), no que tange, especialmente a alojamento, transporte, água potável, abrigos e entrega de Equipamentos de Proteção Individual.

Naquela ocasião, esta Auditoria promoveu o afastamento imediato dos trabalhadores daquela situação degradante, tendo o empregador às suas expensas, alugado quartos em pousada no balneário de Guriri, no mesmo município, onde passaram a noite em acomodações descentes, recebendo alimentação adequada.

[REDACTED] se comprometeram, a efetuar o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores conforme TAC - Termo de Ajuste de Conduta assinado por ambos, até 20/03/2013, perante a Auditoria do Ministério do Trabalho, mantendo-se suspensas todas as atividades laboristas.

Caso tivessem interesse em dar continuidade àquela atividade, só poderiam fazê-lo, se houvesse legalização dos contratos, com anotação de CTPS, entrega de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), abrigos, sanitários, água potável e transporte, conforme consta da Norma Regulamentadora nº. 31, da Portaria MTE Nº. 86/2005.

No curso da negociação do pagamento de salários e demais verbas calculadas por esta Auditoria, agendas para 20/03/2013, conforme negociado pelo MPT, **FLAGRAMOS NO DIA 18/03/2013**, o retorno das atividades dos obreiros, bem como a acomodação em alojamento precário de propriedade do Sr. [REDACTED] localizado nas coordenadas geográficas a 18°45'27" Sul, 39°51'48" Oeste, próximo às margens da BR 101-Norte, sem camas, com apenas 2 (dois) quartos, acomodando 9 (nove) trabalhadores, citando: [REDACTED]

[REDACTED] dormindo nos mesmos colchonetes de pouca espessura, sobre o chão frio, sem qualquer armário para guarda de objetos e roupas pessoais, com um banheiro apenas com piso irregular e sem nível suficiente para escoamento de água, sem revestimento lavável e impermeável, contendo um chuveiro simples de água fria e vários buracos na parede conforme fotos anexas - abaixo, que não oferecia qualquer privacidade aos usuários.

Frisamos ainda que, a capacidade da moradia a eles destinada não comporta a quantidade de trabalhadores lá encontrados, se tratava de uma pequena casa como bem será demonstrado através da prova fotográfica, ficando uns amontoados próximo dos outros, sem qualquer privacidade e conforto.

[REDACTED]



(PAREDE DO BANHEIRO DA CASA)



(CASA ALOJAMENTO DOS TRABALHADORES - PARTE FRONTAL, ONDE APARECE
O FOGÃO À LENHA ANEXO A ESQUERDA - COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 18°
45.448' SUL E 39° 51.807' OESTE - FLAGRANTE DO DIA 18/03/13)





(VISTA GERAL DA CASA - PARTE POSTERIOR - COM CORTES NA PAREDE ONDE FOI INSTALADO O CHUVEIRO, SEM REBOCO COBRINDO A ABERTURA)

A casa, construída em alvenaria, coberta por telhas de Eternit, sem forro, margeando uma lagoa de onde é retirada a água para o sistema de irrigação da fazenda, com gambiarras elétricas, com um fogão a lenha fora da casa, em péssimo estado de higiene, com muita poeira pelo chão e com ferramentas e roupas pessoais amontoados por todos os lados, colchonetes jogados direto no piso, bolsas e demais utensílios dos trabalhadores, conforme fotos a seguir:



(COZINHA DA CASA DE FOGÃO À LENHA - PARTE ANTERIOR DA CASA)



(PISO, VASO DO BANHEIRO SEM REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL E HIGIENE ZERO)

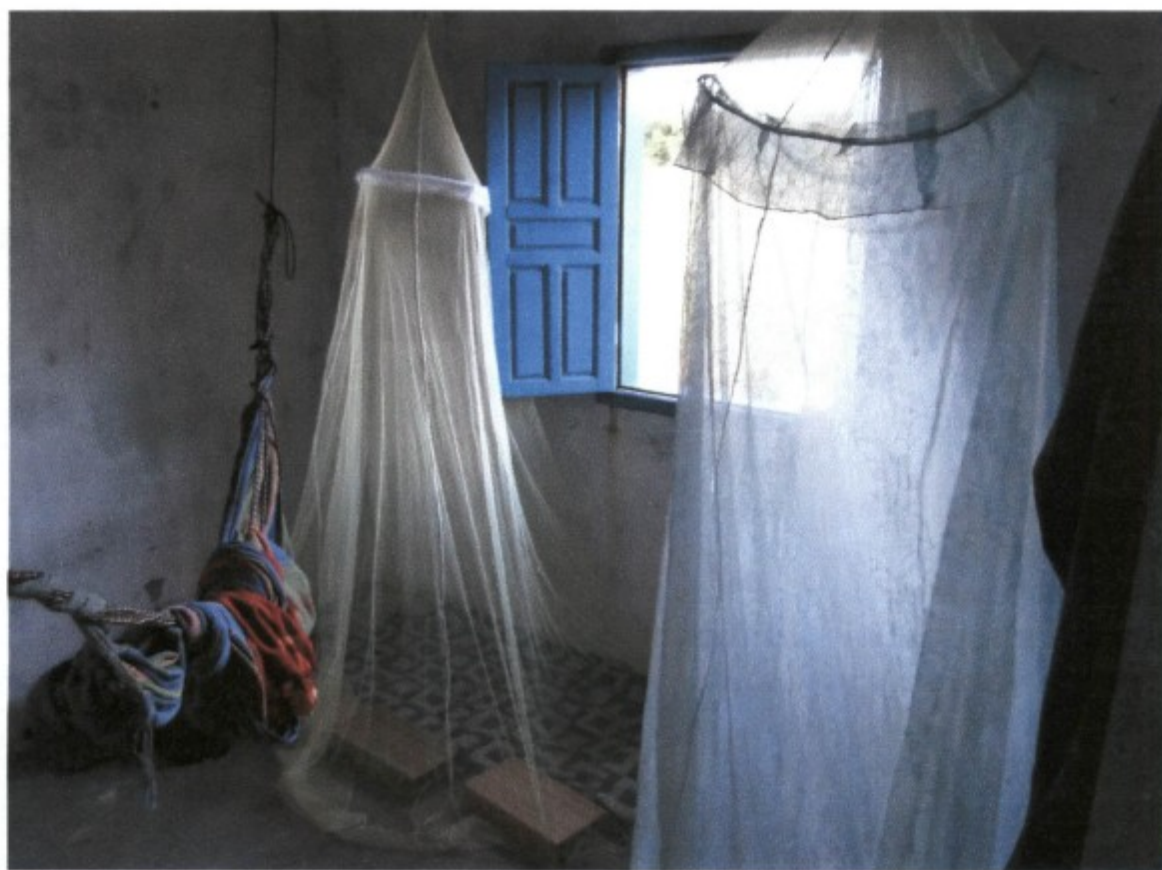


(EMBALAGEM VAZIA DE FERTILIZANTE FOLIAR UTILIZADA PARA GUARDA DE
ÁGUA PARA COZIMENTO DE ALIMENTOS) .





(GAMBIARRA NA REDE ELÉTRICA - INTERIOR DA CASA)



(1° QUARTO COM COLCHONETES DIRETO SOBRE O PISO, DEMARCADO POR LAJOTAS E COBERTO POR MOSQUITEIROS E REDE PARA DORMIR)





(2º QUARTO DA CASA COM OS PERTENCES, COLCHONETES SOBRE O PISO E PAREDES COM INFILTRAÇÃO)

Pelo conjunto de provas fotográficas ora anexadas, temos uma idéia de como o Sr. [REDACTED] permitiu que os trabalhadores fossem retirados da pousada em Guriri e trazidos para essa moradia de sua propriedade, nas coordenadas citadas, sem qualquer condição de abrigar 9 (nove) trabalhadores, enquanto teve o cuidado de manter os demais no Hotel da Rede Flecha, bem próximo a fazenda onde foram encontrados naquela situação desprezível.

Dita moradia era alvenaria, coberta por Eternit, com janelas e porta, composta de dois pequenos quartos com janela, um banheiro com buracos na parede, uma sala com uma pia no canto, sem cozinha, esta adaptada fora da casa, com fogão à lenha, com cobertura de uma folha de Eternit, tudo em péssimas condições de higiene e segurança.

A fiscalização lavrou os seguintes autos de infração: 1) por falta de registro de empregados; 2) por deixar de anotar CTPS de trabalhador; 3) por manter incompletas as anotações referentes aos trabalhadores no Livro de Registro de Empregados; 4) por deixar de anotar ponto dos trabalhadores; 5) deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional antes que assuma as suas atividades; 6) deixar de promover treinamento para operadores de motosserra; 7) deixar de fornecer EPI's aos trabalhadores; 8) deixar de garantir condições de trabalho, higiene e conforto para todos os trabalhadores; 9) deixar de exigir que os trabalhadores utilizem os EPI's; 10) deixar de realizar avaliações de riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores; 11) deixar de constituir serviço especializado em segurança e saúde do trabalho rural; 12) deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições; 13) deixar de garantir pausas para descanso em atividades realizadas em pé; 14) deixar de manter em funcionamento, por estabelecimento, a comissão interna de prevenção de acidentes de trabalho rural; 15) deixar de fornecer roupas de cama adequadas às condições climáticas locais; 16) deixar de disponibilizar lavanderia aos trabalhadores; 17) fornecer água potável em condições

que não sejam higiênicas; 18) deixar de garantir que as ferramentas de corte sejam guardadas e/ou transportadas sem bainha; 19) deixar de disponibilizar locais para refeição aos trabalhadores; 20) deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores; 21) deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e as características físicas do trabalhador; 22) deixar de disponibilizar local adequado para preparo de alimentos aos trabalhadores; 23) deixar de disponibilizar alojamentos aos trabalhadores; 24) permitir a reutilização de embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins; 25) deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.

Da relação de emprego - (Artigo 41 "caput" da CLT)

Todos os trabalhadores arrolados nessa situação são empregados do Sr. [REDACTED] que é proprietário da terra onde foram encontrados, e possuidor das plantas e benefícios sobre a mesma, restando configurada a relação de emprego consubstanciada no artigo 3º, da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), eis que presentes os pressupostos legais ali contidos, quais sejam: subordinação, salário e não eventualidade na prestação laboral.

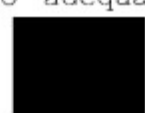
Ora, quando da vinda dos trabalhadores, o intermediário Sr. [REDACTED] já os levou direto para a propriedade, tendo chave de portão, acesso livre as dependências da propriedade, instalando o grupo de trabalhadores, armando as barracas e improvisando o acampamento que encontramos naquela Auditoria, perguntamos então, como uma pessoa estranha poderia ter acesso a todas essas dependências, alojar trabalhadores sem o conhecimento e autonomia que foi dada pelo proprietário Sr. [REDACTED] que logo na segunda-feira, esteve no local dando as ordens de como seria executada a tarefa, fato que consta de vários depoimentos dos trabalhadores e das declarações verbais que nos prestou durante a ação fiscal.

Note-se que ao ser inquirido no Ministério Público do Trabalho, não se furtou de assumir as obrigações junto com o intermediário, para saldar as verbas calculadas por esta Auditoria, em dia previamente fixados, demonstrando assim, o reconhecimento dos vínculos empregatícios, pois quem dirige, remunera e tem interesse naquela atividade é tão somente o empregador, Sr. [REDACTED] independente do fruto ser comercializado por terceiro.

Das subordinações econômica, jurídica e estrutural

Não apenas a questão da idoneidade econômica descredencia o intermediário Sr. [REDACTED] como as demais subordinações: econômica, jurídica e estrutural.

Os empregados em questão, alojados em tendas no meio da plantação, sobrevivendo de poucos alimentos conforme constatado por esta Auditoria, pois não havia alimentos suficientes, nem tampouco lugar para o preparo dos mesmos, se sujeitando os mesmos ao tratamento que esse intermediário os dava, eis que trazidos de outro Estado da Federação, submetidos à jornada exaustiva, sem alimentação adequada,



sem equipamentos de proteção individual, sem fornecimento de ferramentas para execução das próprias tarefas, estes se viram isolados, tendo como única oportunidade de sair daquela situação, trabalhar ainda que penosamente, a fim de saldarem seus compromissos com os futuros descontos que ainda sofreriam no "acerto de contas", pois já vieram com dívidas de adiantamentos salariais, alimentação, ferramentas e equipamentos de proteção individual, tudo conforme consta de declarações dos trabalhadores e do intermediário citado.

O pagamento combinado era por produção, cada trabalhador receberia R\$ 1,00 (um real) por cada palmito extraído, enquanto que os motosserristas receberiam por diárias de R\$ 100,00 (cem reais), pois a extração do palmito só pode ser executada após o coqueiro estar derrubado ao chão.

O fato de ser remuneração "por produção", obrigava-os a tomarem duas atitudes: a) acordar cedo e iniciar a atividade por volta das 6 (seis) da manhã, parar próximo das 11 (onze) da manhã, preparar o almoço e almoçar, descansar 15 (quinze) minutos e retomar a atividade; b) encerrar a atividade em torno de 16 (dezesseis) horas, pois não poderia ir além desse horário, do contrário, perderia a oportunidade de tomar banho, pois a irrigação era ligada após esse horário e dessa água é que se banhavam e colhiam água para beber, acondicionado em suas garrafas térmicas de sua propriedade.

Em suas sumárias tendas tida como alojamento, não tinha energia, quem tinha lanterna se virava, então antes do anoitecer tinham que preparar a janta, jantar e se acomodar para dormir.

E a subordinação jurídica manifesta-se nitidamente neste caso, pois [REDACTED] é quem estabelece o cronograma para a colheita do palmito em sua propriedade, dirigindo e estabelecendo formas para a execução da tarefa, pois não deu ao intermediário, nem aos trabalhadores, livre arbítrio sobre a conveniência e oportunidade de realizar os serviços, cabendo ao mesmo, exclusivamente a indicação, a forma e o lugar da prestação laboral.

Ora, o poder de gestão sobre o trabalho alheio significa subordinação jurídica, pressuposto clássico do vínculo empregatício, característica incompatível com outras formas de trabalho.

Tão vigorosa quanto os outros dois tipos de subordinação - a econômica e a jurídica - vislumbrou-se, também, neste caso, a subordinação estrutural.

Conquanto a teoria da subordinação estrutural tenha sido gestada para responder questões pertinentes às terceirizações ilícitas, o seu campo de aplicação, certamente, não se restringe àquela hipótese, sendo certo que sempre será de grande valia, quando o vínculo empregatício estiver sob suspeita, de resto, como no caso, ora avaliado.

O professor Maurício Godinho Delgado destaca que; **"estrutural é, pois, a subordinação que se manifesta pela inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de seus serviços, independentemente de receber ou não suas ordens diretas, mas acolhendo, estruturalmente, sua dinâmica de organização e funcionamento"**. [REDACTED]

As características que definem a relação jurídica existente entre o intermediário e o Sr. [REDACTED] quando confrontadas sob o prisma da subordinação estrutural, demonstram que na realidade existem vínculos empregatícios mascarados sob o manto da terceirização fraudulenta.

De fato, os trabalhadores alçados à condição de terceirizados na propriedade do Sr. [REDACTED] na verdade, encontram-se inseridos na dinâmica e no funcionamento da estrutura, pois a atividade desenvolvida pelos obreiros é tão somente parte integrante de suas atividades essenciais como muito bem demonstrado.

Normalmente, estes trabalhadores - terceirizados - recebem uma determinada área e assumem a responsabilidade pela produção. Todavia, usualmente, para a realização deste objetivo contribuem apenas com sua própria força de trabalho, estando as demais fases já superadas por trabalhadores devidamente vinculados ao empregador, pois cabia aos mesmos tão somente a "extração dos palmitos", um objetivo que, no entender do proprietário Sr. [REDACTED] poderia ser executado por terceiros.

É [REDACTED] quem dirige a prestação de serviços em locais previamente escolhidos por ele, indicando onde e quanto extrair cocos, efetuando a venda dos mesmos, bem como dos palmitos quando se fizer necessário, pois a extração ocorre depois de 15 a 20 anos de produção de cada planta. Nesse caso, sabe ele que deve providenciar a derrubada dos coqueiros com a extração do palmito, pois a sua retenção poderia causar danos irreparáveis a nova safra de coqueiros já plantados e que estão prestes a iniciar a sua primeira produção.

Em declarações colhidas pela Auditoria, os trabalhadores afirmaram a presença do Sr. [REDACTED] dirigindo a prestação de serviços, o local e a forma que deveria ser executado, não cabendo aos obreiros, por si só, deliberarem a respeito de qualquer fase do negócio, que muito bem ficou demonstrado pelos depoimentos que se seguem:

"... QUE viu o Sr. [REDACTED] na segunda-feira pela manhã, quando este foi até a fazenda para mostrar o serviço aos operadores de motosserra e explicar como deveria ser feito o corte, de modo que o coqueiro cortado não caísse sobre os pés de coco mais novos..." (termo de declaração de [REDACTED] - 13/03/2013).

"... QUE viu o dono da fazenda Sr. [REDACTED] na segunda-feira pela manhã, quando este foi até a fazenda para mostrar o serviço aos operadores de motosserra e explicar como deveria ser feito o corte, de modo que o coqueiro cortado não caísse sobre os pés de coco mais novos....(termo de declaração de [REDACTED])"



Dos Vínculos Empregatícios

O vínculo empregatício se aperfeiçoa desde que presentes os requisitos enumerados nos artigos 2º e 3º da CLT, cuja redação é a seguinte:

Art. 2º Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

Art. 3º Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Da mesma forma, a Lei 5889/73, que disciplina a prestação de serviço subordinado no meio rural, também em seus artigos 2º, 3º e 4º, em integral consonância com a CLT, define e caracteriza as figuras do empregado e do empregador rural, nos seguintes termos:

Art. 2º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

Art. 3º Considera-se empregador, rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agro-econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.

§ 1º Inclui-se na atividade econômica, referida no "caput" deste artigo, a exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, serão responsáveis solidariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Art. 4º Equipara-se ao empregador rural, a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

A doutrina trabalhista perfila posicionamento sólido no que tange à natureza do contrato de trabalho, principalmente em face de seu inato caráter de "contrato realidade", característica ímpar que o distingue dos demais contratos disciplinados no plano do direito civil.

É que não importa a nomenclatura que lhe seja atribuída, tampouco o propósito manifestado no instrumento firmado entre o tomador e o prestador do serviço, senão a forma realística de como se desenvolve e se executa tal contrato. Presentes as características descritas nos dispositivos legais, em relevo, de plano, opera-se o vínculo empregatício e os consectários dele decorrente.

Divise-se, a pretexto de ilustração, o que ensina, sobre a matéria em foco, o festejado Professor [REDACTED]

"O Contrato de trabalho pode ser ajustado verbalmente (expressa ou tacitamente) ou por escrito (art. 443 da CLT); e desde que se configure a relação de emprego em face dos elementos descritos nos precitados arts. 2º e 3º considera-se celebrado o contrato (art. 442 da



CLT), qualquer que seja o nomen juris que se lhe dê. Esses dois dispositivos, ao contrário do que alguns entenderam, ou ainda entendam, procuram despir o contrato de trabalho de formalidades exigidas para outros negócios jurídicos, ao mesmo tempo que afirmam sua existência sempre que a relação fática de trabalho revele os elementos caracterizadores da condição de empregador e da de empregado. Adotou, assim, a teoria do contrato realidade, hoje amplamente consagrada pela doutrina e pela jurisprudência."

No caso específico, restou sobejamente comprovado o vínculo empregatício entre o Sr. [REDACTED] e trabalhadores encontrados na propriedade rural em apreço; quer pela identificação da pessoa que se favorece diretamente com o resultado do trabalho realizado (art. 2º da CLT); quer pela assunção dos riscos empresariais; quer pela configuração dos demais pressupostos da relação de emprego: subordinação, não eventualidade, onerosidade e pessoalidade (art. 3º da CLT), senão vejamos.

A prestação dos serviços é individualizada, uma vez que o trabalho é desempenhado apenas pelos empregados recrutados especialmente para a realização das tarefas, objeto da contratação, os quais contrairam obrigação de fazer, de caráter personalíssimo, por isso intransferível a terceiros, o que destaca o caráter "intuito personae" do contrato, ou seja: **a pessoalidade.**

Pessoalidade que se encerra no fato de os trabalhadores a serviço de [REDACTED] (nominalmente citados na planilha de cálculos) não se revestirem do poder de se auto - substituírem por outros trabalhadores a quem pudessem, unilateralmente, entregar o serviço que lhes fora confiado pelo empregador.

O trabalho é **não eventual**, já que as tarefas e atividades concretizadas pelos empregados são habituais e contínuas, e representam um real interesse em face da atividade finalística do empreendimento.

Enfatize-se que as tarefas realizadas pelos trabalhadores são imanentes à atividade produtiva realizada na propriedade rural, tendo em vista que derrubada e extração do palmito dos coqueiros se faz necessário para que as novas plantas sobrevivam e produzam conforme planejado.

Registre-se que os empregados da referida listagem, foram entrevistados pela fiscalização nos momentos em que estavam efetivamente trabalhando na propriedade rural em apreço, ocasião em que declinaram nomes, datas de início da prestação de serviços, bem como outras informações atinentes ao trabalho realizado e a forma de remuneração já citada.

No caso em tela, os trabalhadores não estavam investidos no poder de decisão já que não tinham a liberdade de deliberar, autonomamente, ou seja, não tinham governabilidade sobre o modo de organizar o seu próprio trabalho, a exemplo do que ocorre no caso de profissionais liberais. Ao contrário, recebiam ordens e suas atividades eram dirigidas e controladas pelo empregador.

[REDACTED]

Bem ilustra a situação fática observada pela fiscalização, os ensinamentos de Evaristo de Moraes Filho no seu "Tratado Elementar de Direito do Trabalho" ao reproduzir as considerações de Paul Colin:

"... por subordinação jurídica entende-se um estado de dependência real criado por um direito, o direito do empregador de comandar, dar ordens onde nasce a obrigação correspondente para o empregado de se submeter a essas ordens. Eis a razão pela qual se chamou a esta subordinação jurídica, para opô-la principalmente à subordinação econômica e à subordinação técnica que comporta também uma direção a dar aos trabalhos do empregado, mas direção que emanaria apenas de um especialista. Trata-se, aqui, ao contrário, do direito completamente geral de supertender atividade de outrem, de interrompê-la ou de sustá-la à vontade, de fixar-lhe limites, sem que para isso seja necessário controlar continuamente o valor técnico dos trabalhos efetuados. Direção e fiscalização, tais são então os dois pólos da relação jurídica"

Além disso, os contratos formados entre empregador e empregados eram **onerosos**, porque havia promessa de pagamento pela atividade desenvolvida à base de salário produção no caso dos trabalhadores sem o vínculo formalizado.

Cite-se ter ficado caracterizada a **comutatividade**, pois a remuneração ajustada entre os sujeitos da relação de emprego consistia em obrigações de fazer; contrárias e "equivalentes" e previamente definidas, eis que no ato da contratação já se conhecia o trabalho a ser realizado e o valor do salário proposto.

Presente, também, a **alteridade** caracterizada no caso em tela por execução de atividade laboral por conta alheia, disso decorrendo que o resultado do trabalho realizado pelos empregados pertencia ao empregador, no caso a [REDACTED], que assumiu os riscos do negócio, franqueando, inclusive, instalações (conquanto inapropriadas) para a acomodação da força de trabalho.

A **alteridade** também restou caracterizada pela habitual prestação de contas que os trabalhadores estavam obrigados a realizar perante um encarregado que anotava a produção de cada um e pelo controle permanente que o empregador exercia no que se refere à qualidade, forma e quantidade do serviço prestado.

Por fim, cabalmente provado o interesse econômico de [REDACTED] em face do trabalho realizado pelos empregados, tendo em vista que o lucro que percebia com a comercialização do palmito estava, direta e intimamente, relacionado com os serviços executados pelos empregados encontrados em atividade laboral pela Fiscalização do Trabalho.

De fato, a relação evidenciada neste contexto demonstra que o resultado da atividade laborativa, desempenhada pelos empregados, consiste no trato da extração dos palmitos dos coqueiros e representa inequívoco aproveitamento econômico diretamente em prol do Sr. [REDACTED]

Por isso, em consonância com o estabelecido no Artigo 1º da CLT, conclui-se que o Sr. [REDACTED] é empregador dos trabalhadores que prestavam serviços em frentes de trabalho por ele organizadas.

Cumprasse assinalar que, em face das observações da Fiscalização do Trabalho, foi possível concluir que a contratação de trabalhadores, sem a respectiva formalização do vínculo empregatício, era uma prática contumaz adotada por [REDACTED] e seus prepostos, eis que encontrados outros trabalhadores em a devida formalização de vínculo em outras fazendas de sua propriedade.

Em que pese perfeitamente caracterizado o vínculo empregatício, o empregador não providenciou o registro e a anotação das Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados, contrariando, desta forma, a determinação contida no artigo 41 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Da caracterização do trabalho análogo à de escravo

Conquanto a doutrina ainda não tenha equacionado de forma clara e decisiva o novo panorama colocado em face da alteração do artigo 149 do Código Penal Brasileiro e a jurisprudência, acerca do tema, ainda se mostre bastante incipiente e relutante, não há como deixar de enfrentar a questão, mormente quando a fiscalização é acionada para apurar denúncias e/ou se depara com essas questões em sua rotina, que dão conta da prática tipificada no dispositivo legal em referência.

No "caput" do artigo 149 do Código Penal Brasileiro há quatro fórmulas que levam à caracterização da conduta definida como trabalho análogo à de escravo, a saber: **1) quando o trabalhador é submetido a trabalhos forçados; 2) quando o trabalhador é submetido a jornadas exaustivas; 3) quando se sujeita o trabalhador a condições degradantes de trabalho e; 4) quando se restringe a locomoção do trabalhador em razão de dívida.**

O dispositivo legal é complementado por dois incisos que descrevem outras três modalidades equiparadas ao tipo previsto no "caput".

No inciso I a conduta tipificada consiste no **cerceamento ao uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.**

O inciso II, apresenta duas outras condutas que levam igualmente à caracterização do crime: **1) manter vigilância ostensiva no local de trabalho; e 2) apoderar-se de documentos e objetos pessoais do trabalhador.** Em ambos os casos, o tipo penal é complementado pela expressão: **com o fim de retê-lo no local de trabalho.**

Desde logo cumpre observar que as quatro fórmulas previstas no "caput" do artigo 149 e as outras três condutas definidas nos incisos I e II são independentes entre si. Vale dizer: a ocorrência de quaisquer delas, conjunta ou isoladamente, tem o condão de configurar a prática do ilícito penal.

Nos dois incisos e no "caput" do artigo 149 percebe-se a presença de elementos normativos e subjetivos que demandam o exercício de



interpretação de termos jurídicos e extrajurídicos, no sentido de se averiguar o exato ajuste do fato ao tipo penal.

É importante, todavia, ter em mente que a aceitação de certas circunstâncias, com a justificativa de que são toleradas por força do costume, pode desencadear a falta de efetividade da lei, na medida em que os termos nela previstos se banalizam e passam a ser letra morta. Aliás, deve sempre ser lembrado que o costume contrário à lei não prevalece em nosso ordenamento jurídico.

Por oportuno cumpre argumentar, desde logo, que o crime previsto no artigo 149 do Código Penal, além da liberdade ambulatoria, visa proteger outro bem jurídico, tão importante quanto o direito de ir e vir. Trata-se da dignidade do trabalhador que, em determinadas circunstâncias, é solapada de forma tão completa e vil que o indivíduo perde seus mais basilares direitos, sendo, desta forma, rebaixado e tratado como mero objeto, como coisa, destituído de sua personalidade e de seus direitos, enfim desconsiderado como ser - humano; como cidadão.

Pois bem, no caso sob lume, o trabalho análogo ao de escravo caracterizou-se por sujeição dos empregados a **condições degradantes de trabalho**.

Das Condições Degradantes de Trabalho

A Legislação Penal Brasileira elevou à condição de trabalho análogo a de escravo qualquer trabalho realizado em condições degradantes.

O ambiente pode estar degradado devido a inúmeros fatores, desde os mais óbvios até os mais sutis; mas, em qualquer caso, a consequência gerada pelo ambiente de trabalho impróprio à manutenção do emprego é uma só, qual seja: a violação da dignidade do trabalhador.

Isso porque são os trabalhadores que sofrem, diretamente, as consequências da degradação.

As condições de trabalho no campo estão inseridas na Norma Regulamentadora do Trabalho Rural que, em muitos aspectos, demonstra benevolência com os custos do empregador. Apesar disso, o empresário identifica a construção, por exemplo, de um abrigo rústico ou o fornecimento de água potável como investimentos desnecessários.

Prefere, então, sujeitar seus empregados a condições subumanas, justificando tal atitude sob o manto dos usos e costumes, ao invés de efetuar gastos com as precauções atinentes a instalação de um ambiente de trabalho seguro, sadio e higiênico. E aqui vale o argumento reacionário e preconceituoso segundo o qual o empregador não teria obrigação de oferecer condições dignas ao trabalhador que, em seu próprio lar, não dispõe de sanitários, chuveiros, água potável, instalações higienicamente cuidadas e estruturalmente conservadas.

A degradação se manifesta com mais ênfase através do ambiente de trabalho, todavia, para avaliá-la de forma completa e abrangente, necessário se faz sopesar todas as circunstâncias que lhe dão causa, e não apenas àquelas relacionadas com a área de vivência, as quais,



diga-se de passagem, são as que primeiramente denunciam o ambiente impróprio ao trabalho.

É lógico que os aspectos relacionados com a área de vivência por si só podem definir o estado de degradação, porém a dignidade do trabalhador pode ser atingida por diversas outras formas, que igualmente, caracterizam a condição degradante no ambiente de trabalho.

O corpo e, por decorrência, a saúde do trabalhador sofrem os efeitos da degradação quando os aspectos relacionados à área de vivência são negligenciados. Quando, por exemplo, não há condições de higiene adequadas e, por conta disso, os trabalhadores são expostos a moléstias, doenças e todos os males advindos de um meio-ambiente comprometido.

Mas é certo, também, que o estado de degradação viola a personalidade e a dignidade do empregado. Isso ocorre porque certas atitudes adotadas pelos empregadores e seus prepostos têm o potencial de gerar um ambiente hostil, propício aos maus tratos, às humilhações, às ofensas pessoais, à perseguição e à opressão.

Ora, os maus tratos, as humilhações e a opressão no ambiente de trabalho, infortúnios estes que lesam a honra; que retiram o amor próprio e; que aniquilam com os brios e propagam medo e angústia inquestionavelmente, conduzem à degradação, porquanto afetam a dignidade do trabalhador que, na relação de emprego, encontra-se em posição de inferioridade.

Assim, certo é considerar que o estado de degradação não se resume apenas pelo mal físico causado àquele que é acolhido em área de vivência aviltada, imprópria ao abrigo de empregados; mas, de igual modo, torna-se manifesto em virtude de condutas e atitudes que visam apenquear o espírito e amedrontar a mente do trabalhador.

A seguir descreve-se a situação fática encontrada na frente de trabalho organizada por [REDACTED] devidamente registrada através de fotos e de filmagem pelo representante do MPT.

Das Condições nas Áreas de Vivência e Frentes de Trabalho

Como as irregularidades e deficiências do meio ambiente do trabalho, no que toca às áreas de vivência, são comuns e afetam, no geral, todas as instalações inspecionadas optou-se, por uma questão de racionalidade na redação, em descrever a situação irregular e apontar os locais onde ela persiste, evitando-se, desta forma, repetições desnecessárias.

Cinco tendas de lona plástica preta e amarela, abrigando os treze trabalhadores, dormindo em colchonetes de três centímetros de espessura, sobre papelões ou palhas do próprio coqueiro, contendo sobre os colchões, mosquiteiros, pois a região era infestada de muriçocas e outros animais peçonhentos, considerando que dormiam no meio do mato.

Inclusive na primeira noite em que ficaram nessa condição, simplesmente não dormiram, pois não tinham mosquiteiros e foram importunados a noite inteira pelas muriçocas. No dia seguinte foi



adquirido os mosquiteiros, só então, conseguiram dormir, segundo suas próprias declarações.

Da Descrição das Áreas de Vivência - Barracas

Os empregados de [REDACTED] estavam alojados em instalações que, no geral, se caracterizavam por serem erigidas com material improvisado, palhas de coco, lonas plásticas e pedaços de pau, dentro dos limites da propriedade fiscalizada.

O exterior das instalações visitadas já demonstra claramente a falta de zelo com o ser humano, pois os colchões estavam sobrepostos direto sobre o chão de terra ou quando muito sobre pedaços de papelão.



Água Usada pelos Trabalhadores

A água usada pelos trabalhadores da fazenda para todos os fins era proveniente de um poço artesiano e das próprias mangueiras de irrigação, sem qualquer tratamento, pois a água é captada na lagoa dentro da propriedade e desta era retirada para beber, condicionada em garrafas térmicas dos próprios trabalhadores e para tomar banho.

Segundo consta de declaração dos trabalhadores, a irrigação era ligada apenas duas vezes ao dia, portanto, fora desses horários, o único lugar para se tomar banho era a lagoa da propriedade vizinha, conforme foto abaixo.



(LAGOA UTILIZADA PARA BANHO)



Alimentação

A alimentação não é fornecida pelo empregador e pela total impossibilidade econômica dos trabalhadores é parca, insuficiente em quantidade e qualidade. Durante a fiscalização observou-se nas panelas feijão, arroz, macarrão, café e carne de sol, pois nem sequer havia local apropriado para a guarda desses alimentos, ficando trancados dentro de um veículo bem deteriorado de propriedade de um dos trabalhadores, coberto por uma lona plástica preta.

Disso decorre que sua alimentação é de fraco valor nutritivo, incapaz de atingir o necessário aporte calórico para repor as perdas diárias, decorrentes da realização de trabalho pesado, de forma a lhes revitalizar adequadamente o organismo que, em virtude da natureza braçal das tarefas que realizavam, consumia energia em demasia, durante a jornada de trabalho.

A isso se acrescente que o trabalho no setor da agricultura é pesado, exigindo do empregado grande esforço físico, e, portanto, a segurança alimentar é essencial para preservação da saúde do homem nesse tipo de atividade. A falta de segurança alimentar provoca doenças e pode provocar acidentes ocupacionais por causa da fraqueza, da falta de atenção, das tonturas, das dores de cabeça, provocadas pela fadiga natural a que está sujeito o organismo humano submetido a estas extremas condições de trabalho, considerando que manuseavam machados para execução da tarefa e facões; enquanto outros empunhavam motoserras.

Frente de Trabalho

Nas frentes de trabalho as condições também são precárias.

As atividades laborais são realizadas a céu aberto e os empregados não recebem do empregador os equipamentos de proteção individual adequados aos riscos a que estão expostos.

A atividade é braçal e os métodos de trabalho arcaicos, não havendo a menor preocupação com a ergonomia.

Não há abrigo rústico onde o empregado possa tomar suas refeições. Normalmente procuram uma sombra sob os próprios coqueiros ou, nos dias de chuva, improvisam anteparos de forma a protegerem-se no momento em que estão se alimentando.

Não há sanitários e as necessidades fisiológicas são consumadas nos próprios locais de trabalho.

Registre-se, outrossim, que não foi disponibilizado aos empregados material de primeiros socorros para o atendimento de emergências ocorridas em casos de ferimentos, picadas de animais peçonhentos e outros acidentes em decorrência do trabalho ou mesmo nos locais que servem de alojamento.



Conclusão sobre as Condições de Higiene, asseio e Conservação das Áreas de Vivência

Todos os fatos acima narrados conduzem à inexorável conclusão de que a área de vivência e, por consequência, o ambiente de trabalho vigente na frente de trabalho de [REDACTED] encontram-se em completo estado de degradação. Degradação esta que tem potencial para atingir a saúde e a integridade física dos trabalhadores.

Apenas para ilustrar a discrepância entre o que existia, o ser, e o preconizado, o dever ser, enumera-se algumas diretrizes definidas na NR-31, consideradas patamares mínimos de decência e dignidade:

31.23.5 Alojamentos

31.23.5.1 Os alojamentos devem:

- a) ter camas com colchão, separadas por no mínimo um metro, sendo permitido o uso de beliches, limitados a duas camas na mesma vertical, com espaço livre mínimo de cento e dez centímetros acima do colchão;
- b) ter armários individuais para guarda de objetos pessoais;
- c) ter portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança;
- d) ter recipientes para coleta de lixo;
- e) ser separados por sexo.

31.23.5.2 O empregador rural ou equiparado deve proibir a utilização de fogões, fogareiros ou similares no interior dos alojamentos.

31.23.5.3 O empregador deve fornecer roupas de cama adequadas às condições climáticas locais.

31.23.9 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar água potável e fresca em quantidade suficiente nos locais de trabalho.

31.23.10 A água potável deve ser disponibilizada em condições higiênicas, sendo proibida a utilização de copos coletivos.

31.23.11 Moradias

31.23.11.1 Sempre que o empregador rural ou equiparado fornecer aos trabalhadores moradias familiares estas deverão possuir:

- a) capacidade dimensionada para uma família;
- b) paredes construídas em alvenaria ou madeira;
- c) pisos de material resistente e lavável;
- d) condições sanitárias adequadas;
- e) ventilação e iluminação suficientes;
- f) cobertura capaz de proporcionar proteção contra intempéries;
- g) poço ou caixa de água protegido contra contaminação;
- h) fossas sépticas, quando não houver rede de esgoto, afastadas da casa e do poço de água, em lugar livre de enchentes e a jusante do poço.

Acrescente-se, por outro lado, que os trabalhadores, sejam quais forem as circunstâncias, sempre são levados, eles próprios, por omissão do empregador, ou mesmo por sua determinação, a usarem as instalações existentes, assim se viram obrigados a ficarem naquelas condições encontradas com o intuito de produzir mais e ganhar mais.



Destarte, no curso desta fiscalização, restou claro que o empregador tinha pleno conhecimento de todos os fatos até agora apresentados, ou seja: era conhecedor das precárias condições dos alojamentos; da inexistência de instalações sanitárias nas áreas de vivência e frentes de trabalho.

Todavia, [REDACTED] manteve-se inerte, omitindo-se diante de fatos graves e relevantes que, em última análise, denotam conduta típica prevista no Código Penal.

Vale destacar que, na seara do direito do trabalho, vigora o princípio da indisponibilidade, segundo o qual o trabalhador não pode abrir mão de certos direitos, dentre os quais se incluem, por se tratar de disposição de ordem pública, os previstos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que visam à proteção da saúde e à integridade física.

O estado de degradação, no presente caso, restou caracterizado em face de todas as circunstâncias desvendadas ao longo desta fiscalização, a exemplo do tratamento desumano reservado aos trabalhadores que viviam em locais inadequados; sorviam água de qualidade duvidosa, e alimentação com grande risco de contaminação. Enfim, estes fatos, com certeza, ofendem a dignidade do ser humano, neste caso, a dos trabalhadores do fazendeiro [REDACTED]

Enfatize-se que a Constituição Federal no Capítulo onde trata da Ordem Econômica e Financeira acentua que: "**A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social...** (Artigo 170 C.F.)"; demonstrando, assim, que o trabalho deve propiciar ao cidadão não apenas a satisfação de suas mais elementares necessidades, como comer; mas acima de tudo deve ser um trabalho qualitativamente satisfatório no sentido de garantir a existência digna de quem o exerce.

Por derradeiro, conclui-se que todos estes fatores somados demonstram inequivocamente a sujeição dos trabalhadores ligados a [REDACTED] a condições degradantes de trabalho; condições estas que afrontam os mais basilares conceitos de dignidade humana de forma a contrariar as normas de caráter constitucional, acima destacadas, além de caracterizar a conduta tipificada no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, vez que as circunstâncias inerentes à moradia, alimentação e higiene, asseguradas àqueles empregados não eram melhores que as dispensadas aos escravos da senzala.

SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ARTIGO 337, A, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO)

Sonegação de contribuição previdenciária

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário,



trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços;

A sonegação da contribuição previdenciária é duplamente nociva: primeiro porque diminui o ingresso de recursos destinados à União, Estados e Municípios; e depois porque posterga ou mesmo inviabiliza o exercício do direito à aposentadoria e de outros, decorrentes do vínculo empregatício.

No mais das vezes, a sonegação deriva da própria informalidade, ou seja, da contratação de empregados sem a respectiva formalização do vínculo empregatício; de outras vezes, a sonegação decorre da simples mora em recolher os valores referentes à folha de pagamento, sendo estas as formas mais rudimentares e usuais da sonegação previdenciária.

O certo é que, em quaisquer das formas possíveis, a sonegação previdenciária provoca, como consequência imediata, a redução da receita previdenciária, comprometendo ações de governo relacionadas com a assistência social.

Vale enfatizar que a assistência social é universal e gratuita e abrange a totalidade da população, sejam os indivíduos economicamente ativos ou não; contribuam ou não para a previdência; estejam ou não com seus vínculos de trabalho formalizados; portanto, a redução da receita previdenciária por meio da sonegação representa um prejuízo considerável para a sociedade.


Já, sob o ponto de vista do trabalhador, a sonegação da contribuição social estenderá o tempo de serviço necessário ao aperfeiçoamento do direito à aposentadoria; direito este cujo exercício se tornará inalcançável para o trabalhador rural, já que a não formalização de vínculo é uma prática arraigada nas relações de trabalho no campo, notadamente nos casos de contratos de curta duração.

No caso sob lume, a sonegação de contribuição previdenciária encontra-se configurada, uma vez que parte dos empregados não tinha vínculo formalizado e que, sem a providencial intervenção da Fiscalização, seriam dispensados sem a formalização de seus contratos, acarretando não só prejuízo à previdência social, mas, sobretudo, retirando a possibilidade destes trabalhadores somarem esses contratos ao seu tempo de serviço.

O empregador, conquanto devidamente notificado, não apresentou diversos documentos, dentre os quais as Guias de Recolhimento do INSS dos trabalhadores citados na Planilha de Cálculos.

Na verdade, essas guias não existem. Não existem porque os empregados encontravam-se na informalidade. Por estarem na informalidade, não constavam em folha de pagamento do empregador.

Estes trabalhadores não informados em folha de pagamento são segurados empregados em potencial, eis que os pressupostos que dão ensejo à relação de emprego estão configurados no vínculo que une o fazendeiro [REDACTED] aos rurícolas referenciados no presente relatório.



A violação do comando legal, em destaque (artigo 337 - A do Código Penal Brasileiro), restou evidente, porquanto a contribuição social previdenciária deixou de ser recolhida, durante o período contratual, justamente pela omissão do empregador que não relacionou em folha de pagamento os segurados empregados encontrados em atividade laboral durante a presente fiscalização.

DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Foram lavrados 25 Autos de Infração; dos quais, 04 (quatro) em face de infrações relativas à legislação trabalhista, propriamente dita, e outros 21 (vinte e um) por infrações relacionadas às Normas de Segurança e Saúde do Trabalhador.

Nas frentes de trabalho e áreas de vivência foi possível avaliar as condições relacionadas à saúde e segurança do trabalhador, concluindo-se pela completa inadequação das habitações utilizadas, uma vez que sujeitam o trabalhador a viver em condições subumanas e degradantes.

Constatou-se, também, a não aplicação de diversos preceitos estatuídos nas Normas Regulamentadoras, cujos relatos completos das situações constam do corpo dos correspondentes autos de infração.

No que concerne aos aspectos relacionados à legislação trabalhista, destaca-se a contratação contumaz de empregados sem registro.

As circunstâncias efetivamente constatadas durante esta fiscalização encontram-se relatadas, com mais detalhes, no corpo dos respectivos instrumentos. A relação dos autos de infração lavrados consta a seguir.

RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO - PEDRO ELIAS DE MARTINS

SEQ	Nº DO AUTO	EMENTA	DESCRIÇÃO	CAPITULAÇÃO
01	200416740	000010-8	Manter empregado sem registro.	Art. 41, caput, da CLT.
02	200416871	000005-1	Deixar de anotar CTPS no prazo de 48 horas do início da prestação laboral.	Art. 29, caput, da CLT.
03	200417029	000995-4	Deixar incompletas as anotações referente ao empregado em livro/ficha próprios.	Art. 41, parágrafo único, da CLT.
04	200418157	000057-4	Deixar de anotar jornada de trabalho dos empregados.	Art. 74, § 2º, da CLT.
05	200418661	131023-2	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma sua atividade.	Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.5.1.3.1, aliena "a" da NR-31, com redação da Portaria n. 86/2005.
06	200418645	131555-2	Deixar de Promover treinamento para operadores de motosserra.	Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.12.39, da NR-31, com redação da

				<i>Portaria n. 2546/2011.</i>
07	200417134	131464-5	Deixar de fornecer, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.20.1, da NR-31, com redação da Portaria n. 86/2005.</i>
08	200421484	131001-1	Deixar de garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto para todos os trabalhadores, segundo as especificações de cada atividade	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.3.3, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
09	200422642	131308-8	Deixar de exigir que os trabalhadores utilizem os equipamentos de proteção individual.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.20.1.2 da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
10	200419552	131002-0	Deixar de realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.3.3, com redação da Portaria n. 86/2005.</i>
11	200419277	131414-9	Deixar de constituir serviço especializado em segurança e saúde do trabalho rural.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.6.7 da NR-31, com redação da Portaria n. 86/2005.</i>
12	200419340	131372-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos de protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.23.4.3 da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
13	200419307	131199-9	Deixar de garantir pausas para descanso em atividades realizadas em pé.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.10.7, da NR-31, com redação da Portaria n. 86/2005.</i>
14	200419293	131417-3	Deixar de manter em funcionamento, por estabelecimento, a comissão interna de prevenção de acidentes do trabalho rural.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.7.2, da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
15	200419251	131472-6	Deixar de fornecer roupas de cama adequadas as condições climáticas locais.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.23.5.3, da NR-31, da Portaria 86/2005.</i>
16	200419226	131469-6	Deixar de disponibilizar lavanderia aos trabalhadores.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.23.1, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
17	200419170	131388-6	Fornecer água potável em condições que não sejam higiênicas.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.23.10, da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
18	200419137	131207-3	Deixar de garantir que as ferramentas de corte sejam guardadas e/ou transportadas em balsa.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.11.4, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
19	200419129	131342-8	Deixar de disponibilizar locais para refeição aos trabalhadores.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.23.1, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
20	200419102	131341-0	Deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores.	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.23.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.</i>
21	200419081	131202-2	Deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às	<i>Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.11.1 da NR-</i>

			características físicas do trabalhador.	31, com redação da Portaria 86/2005.
22	200419048	131344-4	Deixar de disponibilizar local adequado ao preparo de alimentos aos trabalhadores.	Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.23.1, alínea "d", da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.
23	200418998	131343-6	Deixar de disponibilizar alojamentos aos trabalhadores.	Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.23.1, alínea "c", da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.
24	200418971	131173-5	Permitir a reutilização de embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins.	Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.8.15 da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.
25	200418955	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	Art. 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.5.3.6 da NR-31, com redação da Portaria 86/2005.

DA CONCESSÃO DO SEGURO DESEMPREGO

Da FAZENDA CÔRREGO DOS CAVALOS, de [REDACTED] foram retirados 13(treze) trabalhadores que estavam em situação análoga à de escravos.

As correspondentes guias para concessão do seguro desemprego foram emitidas e entregues aos trabalhadores.

O valor líquido das verbas rescisórias, incluído aí o dano moral individual estipulado em R\$ 1.500,00 pelo Ministério Público do Trabalho foi de R\$ 61.926,66 (sessenta e um mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), destes, apenas foram pagos os valores abaixo indicados, por empregado, que se resume na produção aferida pelo intermediário Sr. [REDACTED] considerando que o empregador [REDACTED] não cumpriu o TAC - Termo de Ajuste de Conduta, nem compareceu perante esta Auditoria para qualquer justificativa.

Cópias das guias de seguro desemprego emitidas, nesta fiscalização, integram o presente relatório.

A seguir, relação dos trabalhadores para os quais foram entregues as guias do Seguro Desemprego e valores recebidos.

EMPREGADO	VALOR RECEBIDO EM REAL	ENDEREÇO
1	[REDACTED]	
2		
3		
4		
5		

6
7
8
9
10
11
12
13

DA CONCLUSÃO

Na atualidade, não se verifica a reprodução fiel do modelo de escravidão vigente no Brasil até o século XIX.

Naqueles idos, negros provenientes de nações africanas eram adquiridos como mercadoria, como um bem material; transportados como animais em navios negreiros. Os que subsistiam ao périplo africano, já em solo brasileiro, eram banhados, expostos em praça pública, leiloados e, finalmente, vendidos a quem pagasse mais.

Já nas propriedades, eram levados por seus novos senhores a viverem em senzalas, a trabalharem pela alimentação que lhes era oferecida e a sofrerem castigos corporais ao menor deslize ou manifestação de revolta.

No Brasil de hoje, não mais se encontrará este quadro, que, indubitavelmente, afronta os mais elementares sentidos de humanidade.

Todavia, a escravidão atual, que prescinde dos grilhões e dos castigos corpóreos, não é menos cruel.

Hoje, a força que governa e alimenta os atos de escravidão de trabalhadores no campo é a necessidade básica do homem de se alimentar; a da luta diária de trabalhar o dia para ter o que comer à noite. São brasileiros subjugados à própria sorte, pois não têm outro ofício nem foram preparados para outras funções, senão trabalhar em tarefas braçais; mesmo assim as escassas oportunidades são aproveitadas independentemente do que possa ser oferecido, já que a situação não dá espaço para escolhas.

Do outro lado, os grandes grupos, os grandes fazendeiros, os grandes empresários, têm facilmente ao seu alcance esse infundável contingente de excluídos dispostos a aceitar qualquer ocupação e sob quaisquer circunstâncias.

Então, esses trabalhadores excluídos, são levados às propriedades, para produzirem. São instalados em moradias e alojamentos inapropriados; descontam-lhes a parca alimentação que consomem. E como se isso, de per si, não representasse uma cruel afronta à dignidade da pessoa, ainda sofrem humilhação, desprezo e

indiferença, por serem trabalhadores humildes desprovidos de voz para se insurgirem contra seus opressores.

O jugo de trabalhadores mudou desde a escravidão dos negros africanos. Atualmente, os castigos corporais deram vez aos castigos impingidos à dignidade da pessoa; impingidos à honra; impingidos à personalidade do trabalhador.

Atualmente, o aprisionamento não é físico; o aprisionamento é psicossocial, na medida em que não resta alternativa ao homem a não ser aceitar o trabalho, mesmo em condições degradantes, e deixar-se subjugar.

Nesse sentido, a escravidão antiga, em seu aspecto econômico, era mais indulgente com seus protagonistas do que o é a escravidão atual, eis que o negro trazido da África era considerado um bem que integrava o patrimônio do escravocrata, razão pela qual recebia certa importância e atenção de seu proprietário; na escravidão atual, em face da abundância de mão-de-obra e da escassez de oportunidades, o trabalhador é descartável e não representa o menor valor para o patronato.


Faz-se necessário, por conseguinte, agucar-se a sensibilidade e refinar os conceitos sobre o trabalho escravo da atualidade para compreender que a opressão, a afronta à dignidade da pessoa, os ataques à personalidade e à honra do trabalhador, fora a sujeição a condições degradantes de trabalho, são marcas indelévels da neo-escravatura.

No caso sob lume, CONCLUIMOS pela procedência no que tange a práticas que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo, ou seja, pela existência da escravidão no seu padrão atual, em especial, em face da sujeição dos empregados às condições degradantes e à jornada exaustiva, postas em prática pelo empregador [REDACTED]

A novel redação do artigo 149 do Código Penal Brasileiro parece ter provocado um misto de perplexidade e letargia no meio jurídico, que tem, às vezes, interpretado e agido em descompasso com a realidade, ao atenuar a responsabilidade de quem lucra com a agonia e com o sofrimento de trabalhadores brasileiros submetidos a condições desumanas e degradantes; trabalhadores estes que, paradoxalmente, promovem a multiplicação do capital e, conseqüentemente, a acumulação de riqueza de quem os explora.

Talvez ainda não tenhamos sido alcançados pela natural indignação de saber que existem brasileiros, trabalhadores, que vivem em barracos, moradias ou alojamentos sem a menor condição de higiene; desprovidos de instalações sanitárias básicas, ingerindo água imprópria para o consumo humano.

E nem se argumente que, em seus lares, a vida deixaria de lhes reservar melhores condições. Este é o discurso do atraso e de quem deseja a manutenção desta realidade. A propriedade possui uma função social. O trabalho deve ser veículo de replicação e distribuição de bem estar e progresso social, não apenas de quem detém o capital, mas também daqueles que emprestam sua força de trabalho ao sistema produtivo.



Para situar juridicamente tal situação, divise-se o que consta no artigo primeiro da Constituição Federal. Nele são descritos cinco princípios da República, ditos fundamentais: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Dos referidos princípios, no decorrer da fiscalização, especificamente na frente de trabalho organizada por [REDACTED] constatou-se que pelo menos três deles foram frontalmente violados. Os trabalhadores vinculados ao referido empregador estavam destituídos de significativa parcela de cidadania, porquanto muitos deles não possuíam sequer os documentos básicos, necessários ao exercício de seus direitos e deveres; as condições de trabalho a que estavam sujeitos não eram compatíveis com a dignidade da pessoa humana, pois viviam como indigentes largados à própria sorte em condições degradantes; por fim, não há como se atribuir qualquer valor social a um trabalho que oprime, machuca, física e moralmente, e não agrega bem estar à vida do operário.

O que restou patente nesta fiscalização foi uma brutal desigualdade entre os fatores de produção, ou seja, entre o capital e o trabalho isso porque o empresário visava, única e exclusivamente, a maximização de seus lucros, mesmo que para isso apequenasse o valor do trabalho humano; mesmo que para isso tivesse que submeter seus empregados a situações degradantes e humilhantes; os trabalhadores, por seu turno, quedaram-se e aceitaram o trabalho em circunstâncias indignas porquanto não lhes subsiste outra opção; não existe alternativa; não existe esperança, enfim não existe emprego de qualidade, principalmente, no interior do país.

Mas não é só isso: a Constituição Federal é prodigiosa na defesa da instituição **TRABALHO**. Pontue-se, a exemplo, que a ordem econômica, funda-se na "valorização do trabalho humano" e "tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (Artigo 170 da C.F.)"; que a função social somente é cumprida quando atende às "disposições que regulam as relações de trabalho" e quando a exploração "favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores" (Artigo 186, incisos III e IV da C.F.); e que "a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais (Artigo 193 da C.F.)".

As condições de alojamento, fornecimento de água, alimentação e higiene encontradas nas frentes de trabalho fiscalizadas, as extensas jornadas e o tratamento brutal, indigno e humilhante dispensado aos empregados não condizem com as normas programáticas expressas na Constituição Federal; ao contrário, se subsumem, exatamente, à locução "condições degradantes de trabalho", prevista no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, mesmo porque seria inconcebível haver circunstâncias mais desfavoráveis e degradantes para o trabalhador que aquelas constatadas pela equipe de fiscalização e expostas no presente relatório.

Em face do exposto, conclui-se pela prática do trabalho análogo ao de escravo, crime previsto no artigo 149 do Código Penal. Além disso, foram desvendadas circunstâncias que denotam também outras condutas previstas no Código Penal Brasileiro, a saber: 1) artigo 203 (frustração de direito trabalhista); e 2) artigo 132 (exposição à vida e a saúde de pessoas a perigo).



Vitória - ES, 04 de abril de 2013.

